LIDO NA SESSÃO DO
DIA 02/08/16



1ª Jeanefoura pour aspediente

Andrea Fernandes Lina Coordenadora do Gabinete da

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 68 DE 12 DE JULHO DE Pres 2011 6 ia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos da primeira parte do inciso V, do Art. 62, da Constituição Estadual, veto totalmente o Projeto de Lei nº 022/2015, que "Dispõe sobre o programa de conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação, no Estado de Roraima, para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências, conforme explicitado nas razões que seguem:

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei em epígrafe, de iniciativa parlamentar, estabelece obrigatoriedade, para o Poder Executivo, para criar o programa de conscientização do transtorno do espectro autista no estado de Roraima, e para que os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada mantenham material gráfico informativo, sobre autismo nos murais, corredores e pátios.

Também cria a obrigação para as instituições públicas de ensino de reservarem o mínimo de duas vagas por turma no ensino regular para crianças e adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista, inclusive estabelece cláusula penal em caso de descumprimento.

Ocorre que o presente Projeto de Lei apresenta vício de iniciativa, uma vez que a disposição sobre a matéria é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, pois traz em seu bojo obrigações para os órgãos estaduais, isto é, verdadeiros atos de gestão, pois, quando se trata da organização, funcionamento e a definição de atribuições de órgãos da Administração e a implementação de tais medidas, cabe privativamente tal iniciativa a Chefe do Poder Executivo dispor sobre o assunto.

Ademais, o Projeto de Lei em análise, precisamente em seu Art. 1º, Parágrafo único e Art. 2º, está criando obrigações para os órgãos estaduais, na medida em que determina que o Poder



## "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Assim, a propositura encontra-se eivada de vício de inconstitucionalidade subjetiva, por ter o Poder Legislativo tratado a matéria conferida pela Constituição Estadual privativamente ao Chefe do Poder Executivo, e ainda vício de inconstitucionalidade material, por afrontar o Princípio da Independência entre os Poderes.

Diante dos fundamentos jurídicos acima firmados, nos termos da primeira parte do inciso V, do Art. 62, da Constituição Estadual, VETO TOTALMENTE o Projeto de Lei n°022/2015 "Dispõe sobre o programa de conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação, no Estado de Roraima, para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências".

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 12 de julho de 2016.

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932